

Documento dos Movimentos Populares

Economia de Francisco

Nós, os movimentos, organizações e militantes populares, queremos fazer chegar o presente documento ao Papa Francisco e a todos os participantes no encontro de Assis. Estamos convictos de que não se pode superar a crise socioambiental no contexto do sistema capitalista mundialmente hegemónico e é nossa intenção fornecer elementos para imaginar um sistema alternativo superador, erradicando a idolatria global do dinheiro que estrutura a economia global e as nossas vidas; dando centralidade à natureza, às mulheres e aos homens.

Muitos e muitas de nós participámos em algumas das três edições do Encontro Mundial de Movimentos Populares convocadas por Francisco. Sob o lema de *terra, teto e trabalho*, denunciámos juntos a situação oprobriosa de exclusão que sofremos como camponeses, indígenas, migrantes, trabalhadores, mulheres, vítimas de violências, guerras e desastres climáticos, moradores dos bairros populares e das periferias urbanas. Neste diálogo sem precedentes pudemos ouvir e sentir a pregação revolucionária de um pastor de povos, que chama os mais pobres a serem protagonistas do seu próprio destino e os convoca a liderarem o *processo de mudança* necessário a toda a humanidade.

Identificamos que determinados sectores procuram domesticar o seu pensamento e espartilhá-lo nas estreitas margens da administração do existente. Pequenas reformas, pequenos projetos, pequenas utopias no horizonte do possível. Entre estes, perpetradores dos mais atrozes crimes ambientais e sociais pretendem até salvar as aparências, financiando alguns eventos em seu nome.

Sem deixar de reconhecer a amplitude do pensamento de Francisco, e sem nos arrogarmos a ter a interpretação correta do mesmo, queremos propor uma visão que consideramos em sintonia com a radicalidade dos seus ensinamentos, e com a natureza revolucionária da fé cristã. Queremos também colaborar para construir e dar visibilidade a experiências alternativas de ser e trabalhar, de usufruir dos bens da natureza, que não respondam à racionalidade do deus dinheiro, mas sim à necessidade do *bom viver* do nosso povo. Nesse sentido, agrupamos as nossas propostas em cinco grandes eixos.

1.- Ecologia integral e bens comuns

2.- Democracia económica

3.- Terra, teto e trabalho

4.- Educação, saúde, comunicação e tecnologia

5.- Soberania, mobilidade humana e paz

As nossas propostas têm como antecedente os documentos elaborados nos três encontros mundiais dos movimentos populares, nos diversos encontros nacionais e regionais realizados pelas organizações comunitárias e nas inspiradoras intervenções e elaborações do Papa Francisco.

Sabemos que nada disto é possível no atual equilíbrio de poder que rege as relações entre nações e no interior dos estados. Conhecemos o poder do dinheiro para subordinar os governos, sustentar o status quo, ampliar os privilégios das elites e reduzir os direitos das maiorias. Também confiamos na capacidade dos povos de resistirem à injustiça e de transformarem a realidade. Por isso, assumimos a tarefa de construir o poder popular para que os trabalhadores, as trabalhadoras e o povo pobre sejam protagonistas da mudança de que o mundo necessita porque, como disse Francisco, *“o futuro da humanidade está nas vossas mãos, nas nossas mãos”*.

1- Ecologia integral e bens comuns

- Usufruir prioritariamente dos bens da natureza tais como a água, a biodiversidade, os bosques, a terra, os minerais e o petróleo em função do bem comum e do desenvolvimento, e não da exploração predadora, ou da ganância dos capitalistas.
- Aceder à água potável é um direito da população. A água não pode ser mercadoria, e todos os governos devem garantir que toda a população tenha acesso à mesma.
- Aplicar uma política mundial de descontaminação dos alimentos, dos solos, das fontes de água, das águas subterrâneas e dos corpos humanos.
- Realizar uma campanha séria contra as emissões de carbono e outras formas de agressão ao meio-ambiente que alteram o clima, exigindo que países, companhias, produtos, começando pelas sociedades mais opulentas, reduzam a sua pegada de carbono.

- Planificar o abastecimento e consumo humanos à escala internacional para aquilo que efetivamente faz parte das necessidades físicas, biológicas e espirituais, fora da mercantilização das necessidades humanas, baseados num novo paradigma ético de vida, de bem-estar, de conforto, capaz de readequar todo o modelo de extração e reposição dos bens da natureza.
- Implementar uma Reforma Agrária Popular, com o objetivo de garantir a distribuição de terras a todas as pessoas que as queiram trabalhar, impondo um tamanho máximo de propriedade agrícola, priorizando a produção de alimentos saudáveis, e adotando a agroecologia como método principal de produção, que substitua o padrão do agronegócio com base transgénica.
- Garantir a soberania alimentar de todos os povos significa políticas que construam as condições para que cada nação produza todos os alimentos necessários para o abastecimento local.
- Impulsionar, a partir dos Estados e das instituições, uma nova matriz energética, mediante o estímulo de políticas que fomentem a utilização de fontes de energias alternativas e renováveis, tais como o vento, o mar e a água.
- Implementar, em todo o mundo, um programa de plantação de árvores nativas e de fruto, para recuperar a cobertura vegetal do nosso planeta.
- Implementar, em todo o mundo, programas de recolha diferenciada dos resíduos e de reciclagem sustentados por cooperativas de recuperadores e recicladores urbanos.
- Reduzir drasticamente a produção de embalagens desnecessárias, onerando fortemente de impostos todo o tipo de *packaging* desnecessário.
- Modificar radicalmente o modelo de transporte baseado na sobreutilização de automóveis, promovendo meios de transporte coletivos dignos e com emissões zero, a baixo custo ou gratuitos.
- Substituir os sistemas de combustão de biomassa, garantindo o acesso a fontes de energia seguras, para cozinhar e para o aquecimento, para os dois mil milhões de pessoas que não têm acesso às mesmas.

- Respeitar as formas de organização social e de produção, os direitos sobre os seus territórios e os direitos à própria cultura e crenças dos povos nativos, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, ciganos e outros.

2- Democracia económica

- Implementar uma renda mínima internacional, que garanta a alimentação e o bem-estar de todos os seres humanos.
- Estabelecer uma nova moeda internacional emitida pelas Nações Unidas, que não esteja sob o controlo de nenhum Estado, mas sim de todos os países. O dólar e o euro já não poderão ser utilizados em transações internacionais, ou como fonte de especulação, uma vez que produzem desigualdades internacionais e favorecem ataques especulativos contra as moedas nacionais.
- Perdoar as dívidas externas dos países mais pobres e reestruturar a dívida dos países de desenvolvimento intermédio, para que o seu peso não impeça o desenvolvimento humano integral dos países endividados.
- Eliminar as instituições de Bretton Woods, tais como o FMI e o Banco Mundial, substituindo-as por outras que efetivamente estejam ao serviço da comunidade internacional e não dos interesses colonialistas dos países poderosos.
- Regular de forma pública, nacional e internacional o mercado financeiro, que transcende os bancos propriamente ditos, comerciais e de investimentos, para que a sociedade tenha o controlo do capital financeiro e para que os seus recursos sejam utilizados para incentivar a produção e não para a especulação.
- Eliminar imediatamente os paraísos fiscais e outros mecanismos de evasão fiscal que permitem ao 1% mais rico do planeta de se esquivar das suas obrigações para com o conjunto da sociedade.
- Criar um imposto universal sobre o comércio internacional de mercadorias, que será destinado a um fundo internacional de combate à desigualdade e à pobreza em todos os países. A tributação deverá ser uma política de correção das desigualdades criadas na esfera do mercado. Dessa maneira, os Estados devem construir modelos tributários, segundo os quais quem tem mais pague

mais, para garantir que quem tem menos pague menos. O património, as grandes heranças e as grandes fortunas devem ser mais fortemente onerados de impostos, para que o consumo e os rendimentos baixos sejam menos onerados, priorizando a redução das desigualdades, e não as intensificando.

- Exercer mecanismos de controlo global dos preços: algumas mercadorias, que constituem as cestas básicas locais, deverão ser subsidiadas e isentas de impostos para a população mais pobre, garantindo que os principais alimentos – saudáveis e com plenas garantias nutritivas – sejam de fácil acesso, acabando com a fome e garantindo os nutrientes necessários para o pleno desenvolvimento humano.
- Garantir um novo modelo monetário internacional que estabeleça limites às taxas de juros básicas das economias, desestimulando práticas especulativas e de grandes detentores de renda, e privilegiando os investimentos produtivos, estabelecendo taxas de juros ainda menores para as atividades mais intensivas em desenvolvimento tecnológico, estimulando a criação de empregos mais criativos e com potencialidades de realização profissional.
- Exercer políticas de controlo do comércio internacional que desestimulem os termos de intercâmbio desigual, garantindo que não se concretize a transferência de recursos das economias subdesenvolvidas e intensivas em mão-de-obra para aquelas industrializadas, através dos preços das mercadorias.
- Implementar uma política de impostos orientados especialmente para as indústrias bélicas, jogos de azar, bebidas açucaradas, comidas rápidas, bebidas alcoólicas, cigarros e todas aquelas que impliquem um dano para a saúde física ou psíquica da população, cuja cobrança seja destinada a um fundo nacional de cuidados e acesso à saúde gratuitos a todos os níveis.

3- Terra, teto e trabalho

- Exercer o pleno direito da população adulta a ter um trabalho digno, acompanhado por políticas dirigidas pelos governos e Estados.
- Desenvolver políticas tendentes ao fomento e ao reforço da economia popular entendida como todas as atividades de mão-de-obra extensiva, rural e

urbana, realizadas de forma autogestionária por indivíduos, grupos familiares, comunidades ou cooperativas de trabalho.

- Estabelecer canais de diálogo e intercâmbio para construir uma economia do bem comum, onde estejam presentes todos os agentes, trabalhadores e trabalhadoras organizados em movimentos sociais e sindicais, empresas, cooperativas, etc.
- Impulsionar formas alternativas à propriedade privada, tais como a propriedade estatal, a propriedade cooperativa ou a propriedade comunitária.
- Reduzir o dia de trabalho assalariado a um turno de seis horas por dia, quatro dias por semana, para que a grande maioria da força de trabalho tenha acesso ao emprego e tenha tempo para realizar outras atividades.
- Criar empregos sociais e ambientais, os quais deveriam e poderiam ser vocacionados para as dimensões de cuidados coletivos, como o cuidado das pessoas, a recuperação e manutenção de fontes de água, ladeiras de rios, pântanos, plantação de árvores em estradas públicas, espaços urbanos e públicos.
- Alcançar a integração urbana e social dos bairros populares e assentamentos precários, nos quais atualmente vive um quarto da humanidade, garantindo o acesso aos serviços básicos e habitações dignas para todas as famílias que neles moram.
- Criar uma política de desconcentração urbana, sobretudo nos países periféricos onde o desenvolvimento económico é extremamente desigual e está concentrado nas grandes cidades.
- Planificar a ocupação dos territórios, criando cidades pequenas e médias no interior dos países, criando novas infraestruturas. Além das habitações, vários tipos de abastecimentos coletivos, transportes, serviços de saneamento, saúde, educativos, culturais e de lazer, em sintonia com o modelo tecnológico da Reforma Agrária Popular.
- Planificar a ocupação dos territórios em termos habitacionais, mas também relacionados com os aspetos produtivos das regiões, ou conforme a

implantação de novos polos tecnológicos ao serviço da produção sustentável do bem-estar da vida humana.

4- Educação, saúde, comunicação e tecnologia

- Garantir o direito de todas as pessoas ao acesso à educação e ao estudo em todos níveis de escolaridade.
- Proibir, em qualquer parte do mundo, que meninas, meninos e adolescentes, até aos 16 anos de idade, tenham de trabalhar. Os Estados e governos devem garantir a todos eles o acesso à educação, ao desporto e à cultura.
- Desenvolver programas de educação que obedeçam aos valores e idiossincrasias de cada povo, sem detrimento dos valores universais humanistas, tais como a solidariedade e a justiça social.
- Adotar um processo educativo desde a infância até à pós-graduação, com a perspectiva de desenvolvimento de outra dinâmica económica, orientada para apoiar e desenvolver um modelo tecnológico de integração do ser humano com a natureza.
- Incentivar a investigação e a indústria (tanto de medicamentos, como de instrumentos e equipamentos, os quais já existem, mas não prosperam por não serem lucrativos) voltados para um padrão de cuidados da saúde integral e não de mercado.
- Respeitar o direito humano de todos ao acesso à saúde. Os serviços de atendimento e os medicamentos não podem ser entendidos como mercadorias, nem como objetos de lucro. Os governos são responsáveis por controlar os serviços e garantir o acesso gratuito e universal de toda a população, desenvolvendo, também, políticas de prevenção para todo o povo.
- Estimular a transferência solidária de tecnologia e conhecimentos entre as nações, possibilitando a redução das desigualdades internacionais. Devemos superar a divisão internacional e a especialização ligadas às vantagens comparativas. A indústria, os serviços de alta intensidade tecnológica e de elevado valor acrescentado não devem ser património dos países desenvolvidos, enquanto os países subdesenvolvidos permanecem com

economias agrárias, de baixo valor acrescentado, padecendo índices persistentes de empregos precários e déficits estruturais nas transações correntes [tipo joint-ventures, ou como o modelo chinês].

- Promover um amplo debate sobre os princípios de uma matriz tecnológica ao serviço da vida humana e da preservação do planeta. Com base nesse processo, desenvolver uma Nova Revolução Industrial que permita uma ampla participação na produção e na gestão por parte das trabalhadoras e dos trabalhadores.
- Garantir uma comunicação democrática em que todas as vozes sejam ouvidas, eliminando os monopólios de comunicação.
- Promover o software livre em todo o mundo, começando por governos, instituições educativas e organismos internacionais.
- Priorizar o investimento dos recursos públicos administrados pelo Estado nas áreas de educação, saúde, cultura e construção de habitações para o povo.
- Declarar o conhecimento científico património da humanidade, eliminando todo o tipo de regalias vinculadas ao mesmo.

5- Soberania, mobilidade humana e paz

- Respeitar a soberania e a autodeterminação de todos os povos do mundo, eliminando todas as formas de ingerências imperialistas e neocoloniais.
- Criar um passaporte universal, para que todas as pessoas do mundo, que não tenham cometido crimes nos seus países, possam circular livremente.
- Integrar os organismos internacionais como ONU, OMC, FAO, UNCTAD, UNESCO, etc. com participação paritária de todos os governos, com representantes da sociedade de cada país.
- Eliminar as bases militares estrangeiras dos países, na medida em que servem como forma de dominação política e económica.

- Eliminar as ações de invasão militar, ou formas de intervenção na autonomia económica e política de cada país.
- Manter sob o controlo dos Estados nacionais todos os serviços e bens que sejam considerados “essenciais” para a vida coletiva e para as condições de desenvolvimento económico nacional, tais como: água, minerais, petróleo, energia elétrica, terra, produção e abastecimento de alimentos, saneamento, transportes.